

O FEMINISMO E A LINGUAGEM

Joel Cezar Bonin¹
Gabrielle Aparecida Martins²
Luana Cristina Afonso de Freitas Andrade³

Recebido em 14/01/2025
Aceito em 11/06/2025

RESUMO

Na medida que as construções sociais são levadas à mudança por grupos de pressão e até por interesses diversos, verificamos uma evolução linguística que acompanha tais fases pelas quais a sociedade perpassa. O movimento feminista configura-se como um movimento social que passou por diversas fases históricas, defendendo diferentes gerações de direitos. O feminismo, como movimento, pode ser observado pela ótica da linguagem e do pós-estruturalismo para compreender a forma em que o embate e o dissenso se transformam para permitir que a linguagem represente objetivamente seus conceitos e seja utilizada como uma forma de emancipação para as pessoas. Assim, sua utilização e compreensão podem ser consideradas como meios de empoderamento e transformação pessoal e social. Diante disso, nosso texto se preocupou, precípuamente, em apontar os seguintes temas que tracejam entre linguagem, emancipação e empoderamento: primeiramente, um breve relato das abordagens feministas na História, destacando as três grandes ondas do feminismo; em seguida, será feita uma análise da relação da linguagem, do pós-estruturalismo e do viés político das identidades e, ao fim, apresentar-se-á uma breve exposição sobre a linguagem, as identidades e as abordagens na língua portuguesa e inglesa. Em nossas considerações finais, expomos que é possível repensarmos a ideia da linguagem por meio do reconhecimento da alteridade do gênero em detrimento da seletividade da denotação sexual.

PALAVRAS CHAVE: Feminismo; Linguagem; Língua Inglesa; Língua Portuguesa.

FEMINISM AND LANGUAGE

ABSTRACT

As social constructions are brought about by pressure groups and even by different interests, there is a linguistic evolution that accompanies these phases through which society goes through. The feminist movement is configured as a social movement that has gone through several historical phases, defending different generations of rights. Feminism, as a movement, can be observed from the perspective of language and post-structuralism to understand how to form or incorporate and dissent to transform to allow language to objectively represent its concepts and be used as a form of emancipation for people. Thus, its use and understanding can be used as a means of personal and social

¹ Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2020). Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008) e graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997).

² Bacharela em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP (2023). Possui destaque em áreas fundamentais como atendimento humanizado, negociação, organização, oratória e redação jurídica. Detentora de ampla proficiência tecnológica, incluindo domínio de sistemas e softwares aplicados ao campo jurídico, e habilidades linguísticas intermediárias em inglês, possibilitando uma comunicação eficaz em contextos formais e profissionais. Dedicada à busca por soluções estratégicas e a promoção de práticas eficientes no âmbito jurídico, com compromisso em contribuir para o desenvolvimento institucional e a excelência técnica.

³ Mestre em Relações Internacionais e Cooperação pela Universidade do Porto, Portugal (2020). Áreas de Interesse: Política Internacional, Questões de Gênero nas Relações Internacionais e Cooperação.

codification and transformation. Given this, our text is concerned in pointing out the following themes that follow language, emancipation and codification: a brief account of feminist approaches in history, highlighting the three great waves of feminism; then, an analysis of the relationship of language, post-structural and political bias of identities will be made and, at the end, a brief exposition on language, such as identities and approaches in Portuguese and English, will be presented. In our final remarks, we expose that it is possible to rethink the idea of language through the recognition of gender change at the expense of the selectivity of sexual denotation.

Keywords: Feminism; Language; English language; Portuguese language.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de movimentos sociais ao decorrer da história ocorreu de forma orgânica à medida que sociedades observavam suas ações e não identificavam suas práticas como aceitáveis, não dando o devido respeito à natureza de suas reivindicações humanas pois suas demandas não eram vistas como legítimas. Não era dado aos membros dos movimentos sociais o devido reconhecimento no sentido de vê-los como sujeitos de direitos.

Do ponto de vista linguístico, é preciso considerar o engajamento de vários grupos sociais na defesa de direitos humanos. Tal engajamento envolve, acima de tudo, o domínio de uma determinada linguagem. Dito isso, existem grandes diferenciações, por exemplo, entre os falantes de línguas de matriz latina e os falantes de línguas de matriz anglo-saxã. De um modo geral, pode-se definir que, na língua inglesa, todos os artigos estão sintetizados no vocabulário *the* e quase todos os adjetivos são “assexuados”.

Deste ponto de vista, podemos compreender que as lutas de emancipação feminina também são corolário de uma análise decorrente do pensamento linguístico que confirma que a linguagem não possui uma essência em si, mas uma contextualidade. Tal ideia nos parece peculiar para entender o quanto os movimentos de transformação social são adeptos da perspectiva histórica de que o léxico que usamos é dado situacionalmente e não de forma essencialista.

Não se quer definir aqui que as ações de transformação por meio do feminismo, por exemplo, se dão exclusivamente por meio do uso das palavras, mas se formos capazes de olhar as lutas sociais como uma consequência do uso e da posse de palavras, poderíamos deduzir que as ações sociais em prol das mulheres, para citar um exemplo, em solo britânico, é um vislumbre do reconhecimento de que as palavras (especificamente adjetivos e artigos) não dão uma definição *a priori* ao sujeito, pois independentemente de seu gênero, todos e todas são portadores e portadoras de qualidades ou definições em movimento.

No universo da linguagem latina, homens e mulheres sempre são definidos por artigos e adjetivos marcados pela separação masculino/feminino. Essa distinção é fortemente expressa em aulas de língua portuguesa, por exemplo. Essa separação, todavia, pode ser considerada como uma herança de caráter machista ou de uma supremacia de homens sobre mulheres? Difícil dizer, tanto quanto afirmar que mulheres no Reino Unido sofreram menos preconceito em virtude da língua inglesa.

Dessa maneira, a ideia que se quer pensar aqui pode ser sintetizada em muitos exemplos linguísticos que demonstram que o mote fundamental de qualquer movimento social depende, em seus fulcros, de uma guinada linguística que priorize a hermenêutica das palavras e os verdadeiros fins que elas podem reportar na medida de seus usos. Em outras palavras, quando falamos em democracia, direitos humanos e valorização das identidades, estamos falando que é possível aceitar a diferença e a diversidade quando nos pautamos no exercício de fundamentar uma visão de mundo calcada no *the* e em adjetivos não-sexuados.

Diante do exposto, o texto aqui apresentado tem a finalidade de abordar primeiramente, um breve relato das abordagens feministas na História, destacando as três grandes ondas do feminismo; em seguida, será feita uma análise da relação da linguagem, do pós-estruturalismo e do viés político das identidades e, ao fim, apresentar-se-á uma breve exposição sobre a linguagem, as identidades e as abordagens na língua portuguesa e inglesa. Em nossas considerações finais, expomos que é possível repensarmos a ideia da linguagem por meio do reconhecimento da alteridade do gênero em detrimento da seletividade da denotação sexual.

BREVE RELATO DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NA HISTÓRIA

Desde o início do seu debate, as abordagens feministas têm sido descritas de várias formas ao longo do tempo, seja como liberais, radicais, socialistas, pós-coloniais ou pós-modernas e foram marcadas por três ondas ou debates que mudaram “cronologicamente” o foco da sua discussão. As duas primeiras ondas foram marcadas por uma discussão centrada no Estado e de caráter ocidental, enquanto a terceira englobou uma visão pós-moderna mais complexa. Importante ressaltar que embora nesta parte do trabalho as abordagens sejam apresentadas de forma sequencial, muitas delas coexistem e os debates aos quais são referidos estão longe de serem resolvidos. Contudo, apesar de suas diferenças, de um modo geral, conforme apontado por Ann Tickner (2001), todas as abordagens possuem um ponto em comum que é a sua preocupação em explicar a subordinação das mulheres, ou a assimetria injustificada entre as posições sociais e econômicas de mulheres e homens que buscam prescrições para

acabar com ela.

O primeiro movimento feminista surgiu em meio a luta pelo sufrágio universal e pela inclusão das mulheres no espaço político no fim do século XIX (Nogueira; Messari, 2005). As suas reivindicações eram centralizadas principalmente no Estado, pois acreditava-se que a opressão das mulheres e a realização de seus direitos individuais seria o resultado da imposição das suas barreiras legais. Assim, dentro de uma lógica Ocidental, este primeiro debate foi dominado por uma ideologia liberal, em que o Estado é o agente potencial de promoção da igualdade e, por isso, é a autoridade mais apropriada para garantir os direitos das mulheres e ficou marcada como o início da primeira onda feminista (Monte, 2013).

Diferentemente da tradição liberal clássica, que defende um Estado mínimo, a maioria das feministas liberais acredita que o Estado é a autoridade apropriada para fazer valer os direitos das mulheres e se tornar o árbitro neutro necessário para garantir a igualdade das mulheres. O feminismo liberal geralmente conta com epistemologias positivistas, típicas das tradições analíticas e empiristas do conhecimento, que começaram na Europa do século XVII, as quais baseiam-se em alegações de que existe uma realidade objetiva, independente de nossa compreensão, e que é cientificamente conhecível, cujos valores podem permanecer fora de suas investigações teóricas. No que tange à construção do conhecimento, as feministas liberais afirmam que o conhecimento existente, uma vez que geralmente não inclui o conhecimento sobre as mulheres, foi tendencioso e não objetivo. E para resolver este problema, deve-se incluir as mulheres nas estruturas de conhecimento existentes. Portanto, segundo as feministas liberais, o problema de desenvolver um melhor conhecimento não reside no próprio método científico, mas nas maneiras pelas quais as teorias foram focadas e desenvolvidas (Tickner, 2001).

O feminismo liberal sofreu muitas críticas por teóricas posteriores quando estas argumentaram que o Estado, apesar do seu potencial, não se engaja em práticas inclusivas, mas sim em práticas discriminatórias (Monte, 2013). Porém, conforme pontua Tickner (2001), embora muitas feministas acadêmicas contemporâneas tenham ido além do feminismo liberal, este não deve ser subestimado, visto que a maioria das reformas nas democracias liberais ocidentais que beneficiaram as mulheres podem ser atribuídas ao feminismo liberal (Tickner, 2001).

Simultaneamente às ideias liberais, também havia mulheres incorporando a questão feminina nas ideias e teorias socialistas/marxistas. Este grupo, conhecido como feministas socialistas, afirmou que o patriarcado tem uma base material que se expressa no controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. No Ocidente moderno, o papel das mulheres como reproduutoras e empregadas domésticas reduziram-nas a um estado de dependência

econômica, de modo que mesmo, quando as mulheres trabalham, recebem em média um valor salarial inferior que os homens e ainda são responsáveis por uma parcela desproporcional das tarefas domésticas. Enquanto Marx alegava que os modos de produção capitalistas eram responsáveis pela opressão dos trabalhadores, essas feministas consideravam os modos de reprodução como fontes primárias da opressão das mulheres. Assim, para esta corrente, a opressão das mulheres, portanto, está ligada a esses vários modos de produção e reprodução, bem como à classe e posição econômica das mulheres (Tickner, 2001).

Assim, dentro desta ideia de desigualdade da carga de trabalho entre homens e mulheres na esfera privada, as feministas socialistas procuraram mostrar como a separação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo serve apenas a interesses masculinos dentro da lógica capitalista (Monte, 2013). Conforme aponta Monte:

a consideração do trabalho reprodutivo como parte integrante e importante das atividades económicas colocaria em xeque, por exemplo, a produtividade das grandes corporações, dependente do trabalho não reconhecido e muito menos remunerado que as mulheres fazem de manutenção do lar e criação dos filhos. A não remuneração do trabalho reprodutivo diminui o preço dos salários das mulheres, enquanto a revisão da importância social do trabalho doméstico nos levaria a uma revisão das ideias sobre políticas de assistência social. A consideração do valor do trabalho reprodutivo transformaria esse conceito, distanciando-o da ideia de que são “benefícios” oferecidos pelo governo e ressaltando como são essenciais à produtividade dos indivíduos (Monte, 2013, p.74).

Nos anos 1960 surgiu outra corrente de pensamento feminista a partir de críticas ao feminismo predominante liberal, conhecida como feministas radicais e marcou o início da segunda onda de discussão do feminismo. As abordagens das feministas radicais, em contraposição ao pensamento liberal, se opõem a afirmação de que as barreiras legais seriam os únicos entraves à emancipação feminina, pois acreditavam que a opressão das mulheres é a primeira, mais profunda e generalizada forma de opressão humana. De acordo com esta corrente, as mulheres eram oprimidas por causa do patriarcado ou de um sistema generalizado de domínio masculino, enraizado na desigualdade biológica entre os sexos e na reprodução de papéis que são atribuídas às mulheres em relação à família fincado no cuidado de homens e crianças. Ao contrário das liberais, as feministas radicais não endossavam a ideia de que as mulheres deveriam aspirar a ser iguais aos homens, e sim celebrar as virtudes únicas das mulheres que, nas sociedades patriarcais, foram desvalorizadas como cuidar e promover relacionamentos, visto que poderiam ser a base para a construção de sociedades melhores (Tickner, 2001).

As radicais argumentam com a existência de maneiras distintas de conhecimento e tomadas de decisão entre homens e mulheres e acreditavam que cada um dos gêneros teria

diferentes concepções sobre temas da política internacional, decorrentes dos processos de socialização específicos de cada um – distintos justamente por estarem inseridos na lógica do gênero que opera nas sociedades (Peterson; Runyan, 1999). Devido a esta diferença, as radicais defendiam a construção do conhecimento a partir do *Women's Ways of Knowing* - uma técnica iniciada na década de 1960 que, através da conscientização, permitia às mulheres compreender as profundezas até então invisíveis da sua própria opressão. Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, este tipo de conhecimento tentaria construir uma visão do mundo baseada em relacionamentos e conexões (Tickner, 2001).

Nesse sentido, enquanto as feministas liberais buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégio definidos pela masculinidade, as feministas radicais priorizam a autonomia e a libertação das mulheres em relação a normas masculinistas e heteronormativas – ou seja, desafiam o poder do gênero dentro do Estado e do sistema interestatal. A seu ver, no controle dos homens sobre o corpo das mulheres está a raiz da situação de opressão e “desprivilegio”. Tanto o controle ideológico (por meio de leis, como as que regem o casamento), quanto o prático (pela violência doméstica e sexual), exercido sobre as mulheres seriam expressões de princípios masculinistas que dependem e sustentam a inferiorização do feminino, enquanto valorizam o masculino e garantem aos homens melhores lugares na sociedade (Peterson; Runyan, 1999).

As radicais foram importantes, pois utilizaram o gênero pela primeira vez como categoria de análise possível, especialmente em espaços nos quais o processo de naturalização fez o trabalho mais profundo de “apagamento” do processo da construção sócio-histórica da hierarquização por gênero, sendo as relações internacionais um desses casos (Monte, 2010).

Já no fim dos anos 1980, surgiu um novo debate que foi fortemente influenciado pelos feminismos pós-coloniais, pós-modernos e do dito “Terceiro Mundo”. Isso se deve tanto ao impacto das críticas de feministas negras, que introduziram considerações de raça e classe ao debate, quanto à influência do pós-modernismo que questionou a possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento. Essas novas críticas argumentaram que as teorias anteriores falharam ao não reconhecerem as diferenças entre as mulheres com base na raça, classe, preferência sexual e localização geográfica e por basear suas reivindicações de conhecimento nas experiências de mulheres ocidentais brancas. As mulheres localizadas no “Terceiro Mundo” (termo já em desuso) salientaram a importância de produzir o seu próprio conhecimento e recuperar as suas próprias identidades, visto que, a partir de suas experiências históricas da opressão colonial, oferecem mais evidências da multiplicidade de opressões vividas de formas diferentes entre as mulheres, de modo que não é possível generalizar as questões de gênero em

todo o mundo (Tickner, 2001).

Além disso, o feminismo pós-colonial aponta que a economia é um fator explicativo importante, contudo, a ênfase deve ser colocada na intersecção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo, racismo e a opressão das mulheres. Assim, as teóricas pós-coloniais desafiam a distinção entre o local e o global e afirmam que estruturas de dominação perpassam esses níveis ao demonstrarem como isso implica formas específicas e múltiplas de opressão para as mulheres nos locais mais pobres do planeta (Monte, 2013).

Desse modo, enquanto nas décadas de 1960 e 1970, a ênfase estava numa agenda política projetada para trabalhar em prol da igualdade das mulheres, essa nova preocupação com a identidade do sujeito-mulher mudou as considerações teóricas para questões filosóficas e epistemológicas e aproximou a teoria feminista das perspectivas pós-modernas (Tickner, 2001).

Nos anos 1990 surgiu uma terceira onda feminista marcada pelo pós-materialismo. Esta abordagem aproxima-se vez mais das questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós-positivistas, visto que o discurso tornou-se cada vez mais central nos estudos de gênero e foi assumido como fonte complexa de organização de poder, de instituições e de hierarquias. As análises pós-modernas rejeitam as categorias homogêneas de gênero e mulher presentes na literatura tradicional (Monte, 2013). Além disso, as feministas pós-modernas vão, como outros analistas de relações internacionais, concentrar-se no uso de métodos genealógicos ou “desconstrutivistas” para analisar as formas pelas quais se constroem as ligações entre o gênero e os fenômenos internacionais (Peterson; Runyan, 1999).

Nesta terceira onda, existe ainda uma outra corrente particular no seu modo de analisar os mecanismos que funcionam no apoio de estruturas hierárquicas e opressivas: as chamadas teorias ecofeministas. Na interpretação das ecofeministas:

toda opressão existe em um contínuo; toda exploração, seja ela expressa no uso insustentável dos recursos naturais, na violência doméstica ou em guerras totais, está interrelacionada e é essencialmente a mesma, variando apenas em grau. As mulheres, associadas cultural e linguisticamente ao mundo natural, sofrem a forma de exploração primordial. Todas as outras formas de opressão, de alguma forma, estão modeladas a partir daquela experimentada pelas mulheres. A relação entre Estados, por exemplo, emularia essa opressão na medida em que Estados marginais ou “oprimidos” são feminilizados. Como consequência, todas essas relações de exploração acabam refletindo sobre as mulheres, que sofrem cargas acumuladas dessas explorações (Monte, 2013, p. 76).

Assim, as ecofeministas vão defender a importância da substituição do ideal da autonomia – ideal masculinista que organiza todas as formas de exploração num processo contínuo – pelo da interdependência. Para elas, uma visão que redefina a relação entre homens

e mulheres, entre estes e a Terra, baseada no respeito, e que reconheça a interdependência inevitável entre todos, seria a forma de superar as diversas formas de opressão da nossa sociedade (Monte, 2013).

Portanto, a necessidade de compreender a história para analisar um movimento é imprescindível. Assim, à medida que verificamos os diferentes prismas podemos ter diferentes conclusões. Desta forma, o papel da linguagem é algo que tem a necessidade de ser analisado para compreender a sua função de forma social.

Dessa maneira, queremos, neste momento, apresentar as ideias fundamentais do pós-estruturalismo e sua correlação com os movimentos sociais, justificando a tese de que as demandas sociais não possuem lugar fixo, mas oscilante, intercambiável e mutável. Este princípio será justificado com base em autores que versam sobre o tema, tais como James Williams, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

POR UMA VISÃO PÓS-ESTRUTURALISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para pensarmos um pouco a relação entre a significação, a contextualização e a representação das palavras em nosso contexto hodierno, se faz necessário pensarmos sobre o peso e o impacto do pensamento pós-estruturalista no mundo contemporâneo. Sendo assim, é fundamental nos atentarmos para aquilo que James Williams aponta em seu livro *Pós-Estruturalismo* (2013) sobre esta forma de pensamento:

[...] os filósofos pós-estruturalistas buscam mostrar como os senso inatos de nossa própria consciência e sua relação com as coisas não podem ser separadas de contextos bem mais amplos. Quando eu penso que meu sentido interno de escutar minha própria voz é de algum modo mais seguro do que o de escutar a voz de outrem, negligencio o condicionamento social e as causas externas em operação neste senso interno. Tais formas de “presença” – para usar o termo de Derrida – não podem ser separadas de seus limites externos na linguagem, em experiências sociais e em formas de conhecimento. *Não há pura presença* (Williams, 2013, p. 23, grifo no original).

Diante do exposto por Williams, podemos constatar que o trabalho filosófico de entendimento da realidade social, por exemplo, não é fruto do acaso ou da sorte (nos moldes do senso comum), mas é resultado de uma análise de contexto bem clara, já que não há presença pura e nem ausência pura. As relações humanas e sociais se dão neste trânsito entre presenças que se associam e se desligam em virtude de demandas provisórias, formatadas em redes que se conectam na medida de suas necessidades e interesses.

Dessa forma, podemos inferir que o pós-estruturalismo - segundo os paradigmas de autores que discutem questões políticas, tais como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - está inserido em um contexto de embate e de dissenso, que não culmina no fechamento ou no fim da política, mas na capacidade de compreender o seu contexto e, a partir daí, confrontá-lo.

Porém, o grande destaque que deve ser dado nesse ponto é que a filosofia pós-estruturalista não se preocupa com ideias fixas e inalteráveis, mas, com a possibilidade de se autotransformar continuamente. Sobre isso nos fala Williams:

[...] Se a esquerda em política é definida como uma política para os que estão à margem, para os excluídos e para os que são definidos como inferiores e assim mantidos, então o *pós-estruturalismo* é uma política de esquerda. Se a direita em política é definida como uma das verdades e valores fixos, sejam tradições fixas, ou valores inalienáveis, ou verdades morais eternas, então o pós-estruturalismo se opõe a esta política. E atrai a fúria e o repúdio da direita. Esta crítica tem sido frequentemente raivosa e profundamente mal-informada. Entretanto, dadas estas definições, é um erro identificar partidos políticos ou movimentos específicos com a direita e com a esquerda. Se uma margem específica é valorizada de uma vez por todas, ela não pode corresponder à definição de esquerda feita aqui. Assim, uma política calcada em valores específicos, de uma vez por todas, é de direita; isto independe de quão “bons” estes valores sejam julgados numa dada época. Isto não significa que o pós-estruturalismo, definido como uma política de esquerda, não possa lutar por causas. Significa que a razão para lutar por essas causas têm de ser porque elas são corretas num momento particular e dada uma situação particular, e não porque seriam causas dotadas de um bem eterno e absoluto. A luta é por estes direitos agora e não por direitos universais e eternos. (Williams, 2013, p. 20-21, grifo no original).

Em outras palavras, o problema apontado por Williams revela que o ponto fulcral não é o de defender um lado ou outro do sistema binário da política, mas de reconhecer o papel sobremaneira “*essencial* do movimento da política”. Se fizermos uma digressão mais aprofundada, veremos que no que se refere aos “direitos humanos universais”; mais do que sua devida observância e respeito, é a sua constante violação que presenciamos pelo mundo afora. Tal constatação nos leva a crer que, enfaticamente, trata-se de preservar os direitos na medida em que eles não são eternos ou imutáveis, mas por serem da mesma *condição do movimento e da oscilação*⁴. Outrossim, vale ressaltar o aspecto intercambiável e intersubjetivo dos direitos que não deve ter fixidez, mas fluidez. Desse ponto de vista, é fundamental demonstrar que o pensamento de Laclau e Mouffe sobre o tema da fluidez é absorvido pelo conceito de equivalência e diferença. Tal ideia pode ser compreendida na medida em que a leitura do texto *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (2014), aponta para a noção de que o caminho da equivalência é um dos meios possíveis para a concretização de uma democracia radical, por mais difícil que isso possa se revelar:

Pois, se uma luta democrática *não divide* o espaço político em dois campos, em duas séries paratáticas de equivalências, segue-se que o antagonismo democrático ocupa um local preciso num sistema de relações com outros elementos, que se estabelece um sistema de relações positivas entre eles, e que há uma diminuição da carga de negatividade vinculada ao antagonismo. Daí, estamos a apenas um passo para afirmar que as lutas democráticas – feminismo, antirracismo, movimento gay, etc – são lutas

⁴ É fundamental destacar que não estamos aqui fazendo uma crítica à existência dos Direitos Humanos, mas de expor pura e simplesmente que a violação dos direitos humanos é um fato e que a defesa deles é um exercício permanente de validação e reconhecimento.

secundárias, e que a luta para a “tomada do poder”, no sentido clássico é a única verdadeiramente radical, já que apenas ela supõe tal divisão do espaço político em dois campos. A dificuldade surge, entretanto, do fato de que não foi dada à noção de “espaço político” uma definição precisa em nossa análise, de modo que ela sub-repticiamente foi levada a coincidir com a formação social empiricamente dada. Esta é, certamente, uma identificação ilegítima. Qualquer luta democrática emerge no interior de um conjunto *relativamente* suturado, formado por uma multiplicidade de práticas que não esgotam a realidade referencial e empírica dos agentes que fazem parte delas. O fechamento relativo deste espaço é necessário para a construção discursiva do antagonismo, dado que se requer a delimitação de uma certa interioridade a fim de se construir uma totalidade que permita a divisão deste espaço em dois campos. Neste sentido, a autonomia dos movimentos sociais é mais que uma exigência para que certas lutas se desenvolvam sem interferência: é uma exigência para a emergência do antagonismo como tal. [...] (Laclau; Mouffe, 2014, p. 252-253).

Dessa maneira, como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe nos ensinam a vida democrática é sempre uma vida marcada pela sutura. Esta sutura é como “um remendo” precário e provisório que tem a intenção de coligar demandas e necessidades sociais que estão em contínua pauta social. Outrossim, para que ocorram tais amarras, é imprescindível perceber que o uso da linguagem e dos vocábulos específicos da língua inglesa podem nos auxiliar na compreensão de que é necessário articular palavra e movimento. Nesse contexto linguístico, podemos citar a palavra *empowerment* como o exemplo mais proeminente do propósito de “transformar palavra em ação”: dizer que uma pessoa possui *empowerment* ou pode tornar-se empoderada é um modo pós-estruturalista de compreender as ações sociais, pois parte-se do pressuposto de que o sujeito agente está em movimento ou em formação⁵. Essa formação, por sua vez, não é completa ou acabada como em um ciclo que precisa ser findado. Essa “formação em movimento” é, ao contrário, constante, permanente e sempre em vias de conclusão.

Assim, com base na ideia anteriormente exposta, o espaço político denominado por Laclau e Mouffe é um espaço no qual os atores sociais assumem várias *posições de sujeito*. Essa intercambialidade, esse movimento heraclitiano, poderíamos dizer, é um dos componentes essenciais da democracia. A não-fixidez das posições de cada sujeito dentro do sistema democrático possibilita a capacidade de se entrever as condições e as possibilidades de ação de todos os envolvidos em uma perspectiva de trezentos e sessenta graus. Essa ideia de posição de sujeito é esclarecida por Williams quando fala sobre a visão de Derrida sobre o pós-estruturalismo:

Em termos gerais, Derrida mostra como Saussure está comprometido com uma relação pesadamente determinada entre fala e escrita. Mas Saussure está também comprometido com a noção de arbitrariedade do signo. Ou seja, aquilo que percebemos (o significante) e o significado que compreendemos (o significado) não têm entre si uma relação necessária. Um significante diferente poderia ser atado a este mesmo significado. Um significado não tem de ser percebido a partir de um dado

⁵ O prefixo *em* e o sufixo *ment* reforçam essa tese de movimento.

significante (qualquer significante é vazio antes de se tornar parte de um signo). Isso deve ser verdade para a relação da fala com a linguagem. Portanto, a relação não pode ser determinada nas muitas maneiras defendidas por Saussure, por exemplo, privilegiando uma linguagem fonética (Williams, 2013, p. 50).

Diante disso e sobre este aspecto, podemos compreender claramente a referência de Laclau e Mouffe sobre o problema das identidades sociais e a relação que elas têm com a hegemonia⁶. As identidades, como significantes, necessitam de significado, mas esses significados estão em movimento, pois não podem, de modo algum, assumirem uma representação estática. Estabelecer uma identificação estanque pode ser considerado um erro básico, pois a vinculação entre demandas sempre pode ser (para não dizer *deve ser*) cambiável. Dessa forma, as relações entre demandas (como significantes) e seus efeitos práticos são esvaziados de significado, na medida em que cada demanda - quando atendida, precisa ser ressignificada. E assim, por corolário, todo e qualquer conceito relacionado ao político, à política e à democracia precisa ser/ter um “significante vazio”:

Por esta análise, podemos nos referir novamente ao estudo de James Williams:

[...] os pós-estruturalistas são contrários a todas as formas de essencialismo, determinismo, naturalismo [...]. A política pós-estruturalista é um abrir-se de situações e estruturas muito diversas para novas possibilidades escondidas sob aparentes fixidades. Isso explica a suspeita pós-estruturalista quanto ao termo “possibilidade” e a preferência pelo termo “virtual”. Possibilidades imaginadas são sempre restrições baseadas no que já conhecemos, por isso, é importante definir o futuro em termos de um virtual que não o restringe mediante possibilidades e probabilidades fixas. Isso é liberdade definida como uma abertura criativa ao desconhecido, ao invés de uma escolha entre diferentes opções (Williams, 2013, p. 27 e 38).

A ideia de *não-essencialismo* e de *virtual*, nesse contexto, nos remete a noção de que a política não é um campo de meras possibilidades que são contrárias entre si, mas também nos leva a pensar em outras condições possíveis que não estão dadas de antemão, mas que precisam ser criadas pelos embates políticos. No caso, embates políticos agonistas que defendem o enfrentamento adversarial e não a eliminação do outro. Outrossim, dentro da perspectiva do pensamento pós-estruturalista, o que deve ser posto em evidência é o aspecto articulatório que as demandas estabelecem entre si na medida em que buscam o seu papel dentro do caráter hegemônico das articulações e das tomadas de posição, tendo em vista a equiparação e a distribuição do papel autônomo dos movimentos dentro da sociedade:

[...] O sujeito feminista ou os sujeitos políticos ecológicos são, por exemplo, até certo ponto, *como qualquer outra identidade social*, significantes flutuantes, e é uma ilusão perigosa pensar que eles estão assegurados de uma vez por todas e que o terreno que constitui suas condições discursivas de emergência não pode ser subvertido. A

⁶ Se a hegemonia é um *tipo de relação política* e não um conceito topográfico, é claro que ela também não pode ser concebida como uma irradiação de efeitos a partir de um ponto privilegiado. Neste sentido, poderíamos dizer que a hegemonia é basicamente metonímica: seus efeitos sempre emergem de um excesso de sentido que resulta de uma operação de deslocamento. [...] (Laclau; Mouffe, 2014, p. 270-271).

questão de uma hegemonia que viria a ameaçar a autonomia de certos movimentos é, portanto, um problema mal colocado. A rigor, esta incompatibilidade *somente* existiria se os movimentos sociais fossem mônadas, desconectados uns dos outros; mas se a identidade de cada movimento nunca pode ser adquirida de uma vez por todas, então ela não pode ser indiferente ao que acontece fora dela. (Laclau; Mouffe, 2014, p. 269, grifos no original).

Dessa maneira, podemos inferir que falar sobre movimentos sociais, em nosso caso, o movimento feminista, representa o mesmo que falar sobre a capacidade de articular necessidades e anseios grupais por meio de uma comunicação que coliga os interstícios e as fissuras no terreno social por meio do *empowerment*, isto é, por meio do domínio das palavras que, como estamos apresentando neste texto, são “assexuadas”.

Em suma, é preciso pensar dentro do contexto filosófico do pós-estruturalismo a seguinte questão: numa relação linguística, os predicados podem ser considerados independentes dos sujeitos? Dentro de um contexto linguístico, vemos que quando identificamos um sujeito como portador de um predicado, “colamos” nesse sujeito uma definição, tal como “*X é honesto*”. Porém, esse predicado não é dele, mas está rotulado a ele. Tal rótulo não é inerente, congênito ou inato, mas anexo a ele pela sua ação. Assim, as ações não são resultado de um “já dado”, de um *a priori*. Desse modo, a política também não é uma ação exclusiva que deve ser praticada por um grupo seletivo de especialistas, mas algo que *pode ser* anexo a todas as pessoas na medida em que *cada agente age em vistas de assumir uma ação*. É preciso, assim, pensar naquilo que a política representa no agente que age, isto é, se *X é honesto*, o que a honestidade, efetivamente, é em *X*? Ou, *O que é a política para X?* Por esse raciocínio, vemos que os predicados são alternáveis, transitórios e podem ser assumidos por todos aqueles que visam tomar posições diante do mundo. Assim, tomar uma decisão e assumir uma postura diante da realidade social é, em outras palavras, agir dentro dos parâmetros pensados por Mouffe quando ela trata da hegemonia e da indecibilidade definitiva do social:

Ademais, o caráter aberto e incompleto do social é precondição de toda prática hegemônica e, consequentemente, nenhuma lógica hegemônica consegue dar conta da totalidade do social, pois neste caso se produziria uma nova sutura e o próprio conceito de hegemonia se autoeliminaria [...]. Nesse sentido, a indecibilidade estrutural é condição de possibilidade da hegemonia. Sem indecibilidade e contingência não é possível pensar as rearticulações hegemônicas contingentes e a política como atividade autônoma. Assim é que a hegemonia é vista como a tomada de decisão em bases indecidíveis. Burity (1997, p. 17) ressalta que a indecibilidade não impede a tomada de decisão, mas define a ausência de uma lei imanente ou necessidade lógica (Alves, 2010, p. 88).

Antes de passarmos para a próxima seção, convém destacar que aquilo que Alves está a nos dizer se refere ao papel da precariedade de todo e qualquer movimento social ou democrático, pois pensar em qualquer decisão ou resolução política significa o mesmo que

aceitar sua provisoriação. A indecibilidade não é permanente nem tão pouco a decidibilidade: o princípio básico é a transitoriedade, tal qual como as palavras que possuem, efetivamente, uma contextualidade cingida pela sintaxe, pela semântica, pela pragmática e pela hermenêutica. Dessa maneira, o ato de falar e escrever é sempre um ato dado contextualmente.

Nesse momento, abordaremos sucintamente alguns pontos importantes acerca das formas de relação entre sujeitos, identidades mediante uma comparação entre língua portuguesa e língua inglesa, seguindo o raciocínio de alguns autores importantes como Scavone (2008), Gonçalves (2018) e Patrício (2010).

O PAPEL DA LINGUAGEM NA SUBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS

A língua pode ser entendida como sendo uma convenção, uma cadeia de normas e padrões que podem auxiliar na comunicação, bem como, simplificar a compreensão em grupos de falas. Outrossim, essas normas não podem, por si só, ajustar ou condicionar as ações humanas. Mesmo que instituições tentem obrigar o uso de uma língua normativa, não se sabe que destino ela terá, pois ela depende inteiramente daqueles que efetivamente a usam. Logo, o uso cotidiano pode dessexualizar a linguagem, pois “o gênero gramatical não se identifica com sexo, ou seja, que gênero e sexo são diferentes, enfim, podemos concluir que sexo é da ordem da biologia e gênero da ordem da gramática” (Rocha, 1999, p. 280). Assim, de fato, existe no ideário pré-concebido e estruturalista da língua uma desordem infundável entre gênero e sexo. “O sexo é uma distinção semântica, biológica. O gênero é uma distinção gramatical, linguística, e, dessa forma, relativamente arbitrária” (Gonçalves, 2018, p. 105).

Com o surgimento de novas concepções ontológicas identitárias, certamente diversas à teoria dominante masculina, buscam-se alternativas e proposições que fomentam várias discussões, visando transcender ideias ultrapassadas sobre a designação de homens e mulheres. Eleanor Maccoby esclarece que “o gênero não é estável, unitário ou universal, mas antes fluído, múltiplo, definido por situações particulares” (Maccoby, 1990, p. 517). Por sua vez, Davi Silva Gonçalves aduz que:

Ao invés de prescritivo, pré-estabelecido e programado, nosso gênero deve ser visto mais como um resultado particular, mas também cultural, produzido por um complexo processo social e interpessoal, representacional, discursivo e institucional. Isto porque há muitos modos, por vezes pouco claros, de o gênero ser implicado no comportamento social. Trata-se mesmo, então, de uma discussão que pressupõe o tema “poder social”. As diferenças biológicas não são negadas, mas negam-se, todavia, que elas tenham significado certo e imutável. As diferenças geográficas, sociais, históricas e principalmente culturais não podem ser desconsideradas – afinal sempre estiveram ali (Gonçalves, 2018, p. 106).

Dessa maneira, como Gonçalves nos ensina, é preciso levar em consideração que, para

além dos elementos genéticos ou biológicos, a linguagem e os rótulos aliados a ideia de gênero são construções sociais, já que são elementos que modulam e determinam a maneira como as pessoas são capazes de ver e compreender o mundo. Desse modo, é necessário repensar certos preconceitos acoplados ao idioma, para além das flexões de gênero, ou seja, “a questão do plural que coletiviza homens e mulheres [é] um de nossos mais consideráveis sexismos linguísticos” (Gonçalves, 2018, p. 106). Sobre tais constatações na língua portuguesa, pode-se dizer, conforme Hernandez, que

[...] os nomes podem pertencer ao gênero feminino e ao masculino. Uma palavra do gênero feminino designa especificamente ser vivo do sexo feminino ou coisa que passa a idéia feminina, por razões etimológicas ou psicológicas. Já o gênero masculino, além de designar seres do sexo masculino ou coisas que passam a idéia masculina, abrange também palavras de significado mais geral - por exemplo, o homem, referindo-se ao gênero humano - ou vocábulos no plural que compreendem seres ou coisas considerados masculinos e femininos. Assim, se dizemos que o menino chegou ou a menina chegou, sabemos que a referência é a um garoto ou a uma garota. Entretanto, se dizemos os meninos chegaram, não sabemos se são todos do sexo masculino ou se há garotos e garotas no grupo. É por isso que dizemos que o masculino é gênero geral, “não-marcado” e o feminino é “marcado”, pois este designa especificamente seres femininos. Dessa maneira, o feminino é considerado variação morfológica do masculino, tomado como base. Outras línguas, como o grego e o latim, possuem o gênero neutro (Hernandez, 2006, p. 72).

Nos dicionários, o termo “homem” (ser humano do sexo masculino) tem conotação grandemente valorizada: coragem, vigor sexual, determinação, força física e moral. Já a palavra “mulher”, tem relação com o sexo, beleza física, fraqueza, leviandade. Para tanto, Guisoni (2007) argumenta que:

A luta social na linguagem dá-se sobretudo em nível de conteúdo das palavras e dos discursos. A proposta de uma linguagem neutra, própria a toda humanidade, viabiliza a imposição permanente de conteúdos das classes dominantes aos segmentos dominados, por sobre seus interesses. Como ocorre com outros fenômenos sociais e ideológicos, podemos e devemos intervir para suprimir e corrigir as desigualdades lingüísticas (Guisoni, 2007, p. 55).

Com base na ideia de Guisoni, pode-se entender que um dos principais desafios linguísticos de nosso tempo é a necessidade do uso de novos termos da língua, mais democráticos e menos chauvinistas. Com pequenas mudanças sintonizadas com os imperativos comunicativos de nosso tempo, novos modos de expressar a identidade alheia podem ser instaurados, tais como: ao invés de falar “esses são meus pais”, pode-se dizer “esses são meu pai e minha mãe” ou “minhas mães” ou “meus pais” ao falar-se de casais homoafetivos. Ou ainda, “o cachorro é o melhor amigo do homem” pode-se dizer “o cachorro é o nosso melhor amigo”. De igual modo, em vez de “a força do trabalhador”, pode-se dizer “a força da classe trabalhadora”, e assim por diante (Gonçalves, 2018).

Ressalta-se que o sexismo linguístico não ocorre somente na língua portuguesa, e sim

em muitos outros idiomas. No tocante à língua inglesa, também existem desigualdades similares às descritas anteriormente, e novas proposições igualmente vem sendo aplicadas na oralidade e na escrita das falas. Exemplificando: *businessman* trocou-se por *businessperson*. Ao mesmo tempo, também a palavra *fireman* se reporta agora como *fireperson*, dentre outras mudanças. Para todo o idioma, o argumento de uma nova abordagem na forma de se reportar ao sexo feminino e ao sexo masculino dentro da língua, não resolve a real situação do caráter humano, ou seja, mudar certos detalhes do idioma não muda preconceitos; assim, a mudança deve acompanhar uma reeducação, um processo crítico aprofundado e desconstruído (Gonçalves, 2018).

Historicamente, a partir da década de 1990, estas concepções foram ganhando destaque por teorias mais “radicais” como, por exemplo, a teoria *queer*, questionando a normatividade heterossexual. O filósofo Paul Beatriz Preciado, um dos principais expoentes dessa teoria, apontava para o fato de que termos como “homossexualidade”, “transexualidade”, “gênero” e “feminismo” não surgiram originalmente dentro de movimentos sociais, e sim no discurso médico, patologicista, dos últimos dois séculos. Hodiernamente, o aparecimento desses termos tem relação íntima com as práticas denominadas como “somatopolítica”, “cuja linguagem passou a se articular em torno de aparatos de verificação técnico-científica, em substituição à verificação teológica característica do século XVII” (Azevedo; Medrado; Lyra, 2018, p. 4).

Por outra banda, para Butler (1999), o gênero precisa ser encarado como performativo, não sendo uma afirmação ou uma negação, e sim uma construção decorrente de se repetir práticas correlatas às normas sociais e culturais. Logo, um gênero é um modo de subjetivação dos sujeitos, pois, “o ‘eu’ nem precede nem se segue ao processo de atribuição de gênero, mas surge apenas no interior e como matriz das próprias relações de gênero” (Butler, 1999, p. 153). Salienta-se ainda que,

[...] o sexo, assim como o gênero, é materializado através de práticas discursivas, de normas que nunca são finalizadas, pois permanecem num processo constante de reafirmação. Este processo é indispensável para a hegemonia das leis reguladoras sob pena de enfraquecer e abrir espaços para a contestação dessas leis (Patrício, 2010, p. 12).

Desse modo, o conceito de gênero leva a pensamentos de relações não fixas, pois contrariamente, existe uma tensão, já que o homem e a mulher têm arranjos de certa mobilidade no âmbito social. Logo, “as identidades, primariamente sexuais, são construídas de uma forma cada vez mais social, na medida em que ocorre um movimento de desnaturalização do sexo” (Patrício, 2010, p. 12). É relevante destacar que a década de 1980 foi a época que assentou a autonomia de movimentos feministas no tocante aos movimentos populares, partindo em defesa

de causas e estudos baseados no conceito de gênero. Além do mais, segundo Patrício:

[...] o contexto sócio-político da redemocratização favoreceu também a emergência de novos sujeitos e demandas, consolidando uma maior adesão ao paradigma culturalista, centrado nas lutas identitárias. Neste paradigma, os movimentos populares com centralidade nas lutas da classe trabalhadora passam a dividir a arena com novas formas reivindicatórias, centradas não mais somente na garantia de direitos sociais, mas também nos chamados direitos de terceira geração, centrados no respeito às mais diversas matrizes culturais. (Patrício, 2010, p. 12-13).

Concomitantemente, como consequência de um diálogo com ideário social, a teoria de gênero, em seus distintos questionamentos, retoma um dos temas centrais do feminismo, a saber, “a indignação diante de um mundo também dividido em gêneros” (Scavone, 2008, p. 182). O engajamento de tal teoria nas ciências sociais se efetiva no uso sempre mais frequente de seus fundamentais conceitos, tais como, gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, dominação masculina e este enredo como pano de fundo que os acompanha contextualiza o novo cenário contemporâneo das identidades pessoais (Scavone, 2008). Ainda conforme Scavone:

No campo da Sociologia há sempre uma tendência de articulação da teoria feminista e de gênero com reflexões políticas e sociais mais amplas. Além disso, cabe lembrar que uma sociologia feminista comporta a bagagem comum de teorias, métodos e hipóteses, procedimentos de pesquisa da Sociologia, além do acúmulo teórico, científico e político que o seu objeto de estudo lhe demanda: as relações sociais de gênero. É com base nesse objeto que a sociologia feminista escolhe o diálogo com as teorias sociológicas ou com as outras Ciências Humanas e a Filosofia (Scavone, 2008, p. 182-183).

Assim sendo, de modo mais enfático, esse diálogo se inspira em uma ciência também já dividida em gêneros. Os diálogos são, dessa maneira, efetivados com os personagens que figuram essas ciências e que estes possuem uma conjuntura de dominação no campo científico (leia-se dominação masculina), isto é, “se os elementos das teorias que oferecem são usados pelas estudiosas feministas para levar adiante uma nova teoria, o que não pode ser ignorado é que esse diálogo ainda se constitui em via de mão única” (Scavone, 2008, p. 183). Em outras palavras, a circunstância definitiva para a interpretação desta problemática é a ausência da produção de pesquisas feministas e de gênero pela sociologia dominante.

No entanto, observa-se que sociólogas e filósofas feministas vêm desenvolvendo críticas relevantes sobre situações contemporâneas urgentes e inevitáveis, tais como “os avanços das biotecnologias e seus impactos sociais, reflexões sobre uma sociedade presente/futura em que o humano e a tecnologia interpenetram-se” (Scavone, 2008, p. 183). Scavone ao apontar implicações sociais e políticas, relações e contribuições sobre novos conhecimentos científicos, esclarece:

Tornar transparente as implicações sociais e políticas de um progresso que esconde, em sua promessa de perfeição, uma sociedade sexista (além disso, racista e classista)

seria um dos objetivos da sociologia feminista. Ao buscar a relação entre a natureza e a cultura, o particular e o universal, a razão e a emoção, enfim, entre o indivíduo e a sociedade, essa sociologia estaria contribuindo não só para a construção de novos conhecimentos científicos, mas também para uma sociedade com caminhos abertos para as práticas de liberdade. Para Foucault, essas práticas seriam novas formas de agir em relação ao mundo, que, ao impedirem a recriação de outras relações de poder, poderiam dar lugar ao cultivo de uma ética fundada em uma estética da existência e realizar uma das premissas paradigmáticas do movimento feminista contemporâneo: a de que o privado também é político (Scavone, 2008, p. 183).

Dito isso, pode-se deduzir que o movimento feminista dos últimos 50 anos transformou drástica e globalmente inúmeras situações; contudo, não foi suficientemente capaz para mudar inteiramente o binário sistema dividido entre sexo e gênero. A situação verdadeira é que “nem todas as mulheres conseguem usufruir dessas mudanças, pois se sabe que ainda existem pessoas que não reconhecem os direitos da mulher. Foi um movimento importante, mas ainda precisa-se de transformações” (Silva, 2020, p. 19). Indubitavelmente, na atualidade, as mulheres já encontram certa autonomia pessoal, financeira, reprodutiva e sexual. Melhor dizendo, os homens se encontram em célebre mudança na relação com seus filhos e filhas; quer dizer, com a própria paternidade (Corrêa, 2006).

Conforme Silva, asseguradamente afirma, houve um forte deslocamento que impactou na maneira de se compreender a performance dos sujeitos na sociedade, fundamentalmente nos últimos tempos. Isso gerou

[...] um impacto nas mulheres da segunda geração e o impacto trouxe mudanças, pois é possível perceber que, por mais que as mudanças tenham sido vistas como negativas para algumas mulheres, ainda assim houve mudanças, pois o sistema hoje não é como há 50 anos atrás. E é por isso que o movimento não pode acomodar, a luta tem que continuar, já houve grandes mudanças, mas ainda necessita de transformações, como por exemplo, uma maior divulgação sobre o movimento (Silva, 2020, p. 19).

Em outras palavras, o que se quer afirmar é que a linguagem é uma forma de emancipação para as pessoas, ou seja, reitera-se o fato de que a linguagem, por si só, não é capaz de mudar os comportamentos humanos, porém, seu uso e seu entendimento podem ser considerados como meios de empoderamento e transformação pessoal e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Butler em *Problemas de Gênero* faz um compilado dos trabalhos de Monique Wittig no qual argumenta que a discriminação linguística do “sexo” assegura a operação cultural e política da heterosexualidade compulsória⁷ (Butler, 2003). Nesse sentido, para Wittig, a tarefa das

⁷ De acordo com Butler, a unidade do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via de uma heterosexualidade compulsória (Butler, 2003). Esta heterosexualidade compulsória exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo

mulheres é assumir a posição do sujeito falante autorizado a derrubar a categoria do sexo como o sistema da heterossexualidade compulsória. Para ela, a linguagem é um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como “fatos” (Butler, 2003).

Wittig aponta ainda que a posição de sujeito falante é atribuída aos homens visto que mulheres, lésbicas e gays não podem assumir a posição do sujeito falante no interior do sistema linguístico da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003). Assim, a estrutura assimétrica da linguagem, que identifica o masculino como o sujeito que representa e fala como universal, e que identifica o falante do sexo feminino como particular e interessado, absolutamente não é natural dos homens e mulheres (Butler, 2003).

Desse modo, para Butler, falar é um ato de poder, uma afirmação de soberania que implica simultaneamente uma relação de igualdade com outros sujeitos falantes. Isto deve-se ao fato de a linguagem ter uma possibilidade dupla: pode ser usada para afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas, ou pode instituir uma hierarquia em que somente algumas pessoas são elegíveis para falar, e outras, em virtude de sua exclusão do ponto de vista universal, não podem “falar” sem desautorizar simultaneamente a sua fala (Butler, 2003).

Considerando a relação da língua como ferramenta social e como instrumento de comunicação, destaca-se sua relevância de forma a permitir que exista um uso da língua com menos fatores “sexuais”. Reflete-se que a medida que os movimentos sociais desenvolvem-se, existe uma ruptura dos padrões e, então, a convenção social passa a adotar uma sutura e um novo padrão. Todavia, este padrão é precário, transitório e impermanente.

Verifica-se ainda que o trabalho de muitas autoras foi o de evidenciar a necessidade de compreender os fenômenos sociais e permitir uma abordagem mais justa pois enquanto não houver adaptações na linguagem, dificilmente haverá mudança social. Pode-se ainda observar que, muito embora os países de língua inglesa, de forma geral, não perscrutam um gênero em sua linguagem, tal prerrogativa não pode tornar-se um empecilho para a emancipação em países que não seguem tal convenção linguística. Resta a sociedade civil continuar agindo para a garantia da efetivação dos direitos, na codificação jurídica, no vocabulário comum e nas relações sociais mais corriqueiras.

REFERÊNCIAS

feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (Butler, 2003).

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, n. 80, (p. 71-96). São Paulo, 2010.

AZEVEDO, M.; MEDRADO, B.; LYRA, J. Homens no movimento feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cadernos Pagu** (54), 2018:e185414. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800540014> Acesso em 05 dez. 2020.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, S. **O que mudou com o feminismo?** 08/03/2006. Disponível em: www.direitos.org.br. Acesso em 07 maio 2020.

GONÇALVES, D. Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo lingüístico. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 4, n. 1, jan./jun. 2018.

GUISONI, R. Gênero, patriarcado e violência. **Portal Vermelho**, v. 7, n. 30, 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/14858-1>. Acesso em 07 maio 2020.

HERNANDEZ, P. Os gêneros em português. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.paulohernandes.pro.br/dicas/001/dica023.html>>. Acesso em 07 maio 2020.

ISQUIERDO, L. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%A3nero-nas-rela%C3%A7%C3%A7%C3%95es-internacionais.pdf>. Acesso em 07/05/2020.

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Second ed., Verso, 2014. (ebook).

MACCOBY, E. E. **Gender and Relationships. A Developmental Account American Psychologist**, v. 45, n. 4, 513520, 1990.

MONTE, I. **Gênero e Relações Internacionais: Uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília. 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf. Acesso em: 08/05/2020.

MONTE, I. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, maio 2013. ISSN 1806-9584.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100004/24640>. Acesso em: 02 maio 2020.

NOGUEIRA, J; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

PATRÍCIO, D. Publicações de organizações feministas: uma análise dos Jornais Fêmea e da Rede. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/145476>>. Acesso em 07 maio 2020.

PETERSON, S. V.; RUNYAN, A. S. Global Gender Issues – Dilemmas in World Politics. Colorado: Westview Press, 1999. Disponível em: <https://archive.org/details/globalgenderissu00pete/page/n23/mode/2up>. Acesso em 08/05/2020.

ROCHA, C. H. Gramática normativa da língua portuguesa. 15. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1999.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, jan.-abr./2008.

SILVA, L. Influências e mudanças que o feminismo provocou na segunda geração de mulheres. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2008/PDFS/resic_3284.pdf. Acesso em maio 2020.

TICKNER, J. A. Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post Cold War Era. Columbia University Press. 2001.

WILLIAMS, J. Pós-estruturalismo. Tradução de Caio Liudvik. 2^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.